



**ANEXO I**

**MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO SANTA MARIA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E A EMPRESA/CONSÓRCIO \_\_\_\_\_, CONFORME MODALIDADE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2023, HOMOLOGADA EM \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2024.**

**PREÂMBULO**

O Município de Santa Maria, neste ato denominado Contratante, com sede na Rua Venâncio Aires, nº 2277, Centro, Santa Maria/RS-RS, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 88.488.366/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Jorge Cladistone Pozzobom**, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado a empresa/Consórcio....., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº ....., estabelecida na....., nº....., Bairro....., CEP....., Cidade.....- Estado....., Fone (0xx)....., doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada por ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social (ou por procuração), têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, sujeitando-se o **CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** às normas disciplinares da Lei nº 14.133/2021 e suas respectivas regulamentações, Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei Geral das Concessões), Lei Federal nº 9.074/95 (Outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços públicos), Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal nº 13.460/17 (Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública), Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 098/2015 (Plano Diretor de Mobilidade Urbana do Município de Santa Maria), Lei Municipal nº 1567/1972 (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos), bem como, subsidiariamente, as normas federais pertinentes ao assunto, pelos instrumentos de Regulamentação e pelas Ordens de Serviço Operacionais-OSO a serem expedidas durante a vigência do Contrato.

**CONTRATANTES** – De um lado, o Município de Santa Maria/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Venâncio Aires, 2277 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jorge Pozzobom, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado a Empresa/Consórcio \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_ Sr.(a) \_\_\_\_\_, já qualificado no processo licitatório, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, firmam o presente contrato, para a realização do objeto da concessão, que se regerá pelas cláusulas e condições aqui previstas, pelas disposições do Edital de Licitação, seus anexos e pela proposta financeira, ficando ainda as partes subordinadas às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas respectivas regulamentações, da Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de



1.995 e suas alterações, da Lei Municipal nº 1567/1972 (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos), pelos instrumentos de Regulamentação e pelas Ordens de Serviço Operacionais-OSO a serem expedidas durante a vigência do Contrato.

**OBJETO:** Exploração do serviço de transporte coletivo por ônibus no âmbito do Município de Santa Maria/RS compreendendo a zona urbana e rural.

**ÁREA DE CONCESSÃO:** Totalidade do território do Município de Santa Maria/RS, em caráter de exclusividade.

**PERÍODO DE CONCESSÃO:** 20 anos.

**LOCAL E DATA –** O presente Contrato foi lavrado e assinado na Prefeitura Municipal de Santa Maria /RS, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2024.

**CLÁUSULA I.** A delegação da prestação dos serviços será realizada sob o regime de concessão onerosa, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Municipal que dispõe sobre a operação do serviço público do transporte coletivo de passageiros por ônibus.

**CLÁUSULA II.** Os serviços objeto do presente Contrato compreendem a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros bens e serviços, conforme estabelecido em lei, no Edital e seus anexos e nas normas pertinentes.

**CLÁUSULA III:** A concessão objeto deste Contrato constitui um lote único e sua operação, a critério do Poder Concedente, dar-se-á dentro dos limites da área de concessão através de linhas, itinerários, quadro de horários, quilometragem percorrida, quantidade de frota especificados e *modus operandi* estabelecidos.

**CLÁUSULA IV.** As especificações técnicas relativas ao presente objeto como itinerários, quadro de horários estão especificados no Anexo VII-A – Especificação Técnica das Linhas, e a tipificação e especificação da FROTA no Anexo VII-B, os demais elementos necessários à sua operação são apresentados nos demais anexos ao Projeto Básico, e são válidos para o momento da contratação dos serviços.

**CLÁUSULA V.** Ao longo do contrato, visando se adequar às variações de demanda, as especificações dos serviços como itinerários e quadro de horários e os indicadores de consumo, tipificação e quantificação da frota, fator de utilização (FU) de motoristas e cobradores e demais índices apresentados no Projeto Básico e seus Anexos, utilizados para cálculo tarifário, poderão ser adequados posteriormente mediante Ordens de Serviço Operacional, fundamentadas em recomendações e análises técnicas.

**Parágrafo único:** Em qualquer alteração fica sempre mantido o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária através da recomposição dos custos nos modos estabelecidos no presente Contrato.

## **DO VALOR DO CONTRATO**

**CLÁUSULA VI.** O valor estimado da receita bruta do CONTRATO é de \_\_\_\_\_ (calcular conforme proposta vencedora visto o desconto oferecido), considerando-se para tal a receita prospectada/mês conforme Anexo VII-E do Edital, multiplicado pelo prazo de vigência da Concessão de 240 (duzentos e quarenta) meses.

## **DO PRAZO DA CONCESSÃO E CONDIÇÕES PARA RENOVAÇÃO**

**CLÁUSULA VII.** O prazo da concessão será de **20 (vinte) anos**, contados da data de assunção do sistema pela Concessionária.

**CLÁUSULA VIII.** A Concessão poderá, motivado e justificado pelo Município, ser prorrogada por igual período, mediante a manifestação da intenção de continuidade pela Concessionária, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. Atendimento às metas de qualidade e produtividade estabelecidas no Anexo VII -G, VII- H e VII-I do Edital de Licitação;
- II. Não haver incidência de penalidades não quitadas;
- III. Possuir FROTA de acordo com as especificações no Edital e demais normas e legislações a serem fixadas durante a vigência do Contrato;
- IV. Possuir condição econômico-financeira conforme exigências da presente Licitação;
- V. Apresentar certidões negativas de tributos municipais, estaduais e federais e débitos trabalhistas na forma da Lei.

**§1º.** A avaliação do desempenho da concessionária será processada de acordo com os critérios estabelecidos no edital de licitação.

**§2º.** A manifestação de interesse da concessionária na prorrogação do contrato deverá ser feita por escrito, ao Prefeito Municipal de Santa Maria- RS, com antecedência de 01 (um) ano da data de término do prazo inicial de vigência do contrato.

## **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA IX.** A operação do serviço estará sujeita à fiscalização permanente do Poder Concedente através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana nos termos da **Lei Municipal nº 1567/1972 (A ser atualizada)** (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos) e demais normas vigentes de Regulamentação da Operação do Sistema de Transporte Coletivo.

**§1º.** A fiscalização e regulação dos serviços objeto da Concessão terá como objetivos:

- I. A subordinação da Concessionária aos padrões e normas contratuais para a adequada prestação dos serviços
- II. A garantia do cumprimento das ordens de serviço operacional (OSOs) expedidas pelo Poder Concedente;
- III. O controle da qualidade do serviço, o combate ao desperdício e controle ambiental.

**§2º.** O Poder Concedente designa como fiscal deste CONTRATO o Servidor Jose Norton Toffoli Pinheiro, Matrícula: 10.898.

## **DA POLÍTICA TARIFÁRIA**

**CLÁUSULA X.** As tarifas aplicáveis para remuneração dos serviços compreendem os conceitos a seguir:

- I. **Tarifa Técnica:** Tarifa resultante da apuração dos custos globais do sistema, divididos pelo número de passageiros equivalentes transportados;
- II. **Tarifa Pública:** Tarifa cobrada dos usuários fixada pelo Poder Concedente mediante Decreto.



**Parágrafo único:** A tarifa será única para as linhas urbanas e linhas distritais, observados os descontos e isenções previstos em Lei.

**CLÁUSULA XI.** A fixação da Tarifa Pública em valores inferiores a Tarifa Técnica será aplicada nas seguintes situações:

- I. Em situações ordinárias para preservar o oferecimento de serviço de transporte público essencial à população em níveis de desembolso suportáveis pelos usuários;
- II. Em situações extraordinárias: para cobrir déficit financeiros sazonais do sistema em função de quedas de demanda por catástrofes naturais, restrições sanitárias de circulação de pessoas, eventos econômicos ou outras externalidades que impactem o sistema.

**CLÁUSULA XII.** A Tarifa Pública poderá ter valores diferenciados com flexibilização tarifária considerando:

- I. A forma de realização do pagamento na realização da viagem;
- II. A faixa horária, data ou dia de realização da viagem;
- III. No transporte por demanda ou fretamento público.

**Parágrafo único.** Os valores atribuídos às tarifas e fatores de conversão em passageiros equivalentes são apresentados no **Anexo VII** – Projeto Básico, podendo ser alterados durante o período de Concessão por Decreto do Executivo.

## **DAS FONTES DE CUSTEIO E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

**CLÁUSULA XIII.** Os serviços prestados pela Concessionária serão remunerados considerando as seguintes fontes de receitas:

- I. Tarifa Pública cobrada dos usuários conforme política tarifária aplicada pelo Poder Concedente, fixada em Decreto;
- II. Subsídios tarifários por verbas orçamentárias na forma da Lei;
- III. Receitas oriundas de exploração publicitária nos veículos e espaços públicos vinculados ao transporte coletivo;
- IV. Repasses financeiros específicos do Estado e da União.

**CLÁUSULA XIV.** Os subsídios, quando houver, serão pagos por ato do Executivo sempre que a arrecadação for insuficiente para cobrir os custos totais do sistema.

**§1º.** As receitas oriundas de outras fontes e repasses financeiros do Estado e União deverão ser convertidas em passageiros equivalentes ou serem deduzidas dos valores de subsídios orçamentários.

**§2º.** Passagens com descontos e majorações serão transformados em passageiros equivalentes.

**§4º.** A fixação da Tarifa Pública e os fatores de redução ou majoração da tarifa serão regulados, por Agência Reguladora, se houver.

**CLÁUSULA XV.** Em caso de déficit, a apuração dos subsídios deverá ser realizada, por Agência Reguladora, se houver, levando em conta a projeção de passageiro equivalente para o período analisado, a tarifa praticada (pública), tarifa técnica e o valor do subsídio ofertado no período.

**Parágrafo Único:** O cálculo do subsídio deverá ser realizado *ex-ante* para que não se incorra em desequilíbrios tarifários. Ajustes *ex-post* do valor do subsídio em razão dos passageiros equivalente reais devem ser compensados sempre que possível, e eventuais saldos para ambos os lados devem ser

apurados em Revisões Tarifárias Ordinárias ou Extraordinárias para fins de reequilíbrio do contrato de concessão.

**§1º.** O subsídio, quando houver, poderá ocorrer por repasses financeiros do Município ou por verbas orçamentárias ou contrapartidas pelo transporte de isenções oficiais.

**§2º.** A apuração dos subsídios será controlada mensalmente, o número de passageiros equivalentes transportados e as tarifas praticas (pública) e a tarifa técnica.

#### **DAS NORMAS PARA REVISÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA XVI.** O equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será preservado pelas regras previstas na Lei Federal n.º 8.987/95, neste EDITAL de licitação e no CONTRATO, com a finalidade de assegurar à CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

**CLAUSULA XVII:** O equilíbrio econômico-financeiro do contrato seguirá as regras estabelecidas no Anexo VII F - Regras de reajuste e revisão tarifária.

#### **DAS CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO**

**CLÁUSULA XVIII.** Os serviços a serem realizados compreendem a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros bens e serviços, conforme estabelecido em lei, nas normas pertinentes no Edital de Licitação, neste Contrato e nas especificações operacionais constantes de Ordens de Serviço Operacionais – OSOs a serem expedidas pelo Poder Concedente.

**§1º.** Os serviços especificados deverão ser prestados de forma adequada ao pleno atendimento dos usuários, considerando-se serviço adequado o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia na sua prestação.

**§2º.** A prestação dos serviços deverá submeter-se ao planejamento e fiscalização do Poder Concedente através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana ou outra que a venha a substituir.

#### **DOS ELEMENTOS INTEGRANTES DA CONCESSÃO**

**CLÁUSULA XIX.** A CONCESSÃO será integrada de forma indissociável pelos seguintes elementos:

- I. A FROTA nas condições especificadas no Edital de Licitação;
- II. As garagens com todos os bens que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução do serviço de transporte coletivo e todas as instalações necessárias à guarda, manutenção e conservação e abastecimento dos veículos;
- III. Os serviços de informação e apoio aos usuários;
- IV. O Sistema de Controle de Arrecadação, gestão de frota, telemetria e os demais na forma do estabelecido no Anexo VII-D do Edital de Licitação;
- V. Todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do período de Concessão, necessários e vinculados à execução adequada a prestação do serviço de transporte coletivo.



**CLÁUSULA XX.** Com a adjudicação do objeto da licitação, os veículos, garagem e demais equipamentos, serviços e sistemas ficam automaticamente vinculados à operação do serviço.

**CLÁUSULA XXI.** Por necessidade operacional ou para melhor atendimento à população usuária, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderão ser realizados acréscimos e/ou reduções na frota.

**§1º.** No caso de redução de frota, os veículos a serem excluídos que não tenham sido depreciados dentro dos parâmetros estabelecidos pela planilha de cálculo tarifário, deverão ser objeto de cálculo o valor residual para fins de indenização.

**§2º.** A supressão da frota deverá ser realizada por Ofício do Poder Executivo utilizando-se como critérios de exclusão os veículos mais envelhecidos.

**CLÁUSULA XXII.** Na extinção da Concessão, todos os bens a ela afetos, construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, serão observadas as regras de reversibilidade, conforme Anexo VII E - Estudo Econômico-Financeiro.

## **DA FROTA**

**CLÁUSULA XXIII.** Para o início da operação dos serviços e durante toda a vigência do contrato os veículos que compõe a frota oficial do transporte coletivo deverão possuir idade máxima de 8 anos de fabricação, conforme documentos de registro do veículo.

**CLÁUSULA XXIV.** Além das condições de idade máxima, os veículos integrantes da frota deverão atender às seguintes condições:

- I. Requisitos de acessibilidade para cadeirantes, na forma do NBR 14022/2006, com as adaptações de acessibilidade Tipo 4 da Portaria 260/2007 do INMETRO (elevador interno ou dispositivos similares);
- II. Atender aos requisitos técnicos apresentados no Anexo VII e VII-B do Edital de Licitação;
- III. Possuir equipamentos de controle de acesso de passageiros com roleta mecânica;
- IV. Ser equipado com dispositivos e softwares para leitura e validação eletrônica de bilhetes de ingresso na forma do Anexo VII-D do Edital, com inovações tecnológicas posteriores;
- V. Possuir Layout externo padronizado, obedecendo a especificações do Poder Concedente.

**CLÁUSULA XXV.** Todos os veículos, antes de ingressarem e durante o serviço regular, às expensas da concessionária/permissionária, deverão ser vistoriados anualmente quanto à segurança, conservação, emissão de poluentes em inspeção por Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs em conformidade com as disposições legais do CONTRAN, DETRAN e INMETRO.

**CLÁUSULA XXVI.** Quanto ao aspecto de comodidade dos passageiros, a vistoria das estruturas de serviço dos veículos será feita semestralmente por agente designado pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e a qualquer tempo nos casos de fiscalização, incluindo o funcionamento de equipamentos obrigatórios, documentações obrigatórias do veículo e tripulação, seu estado de conservação, higiene e limpeza.

**Parágrafo único.** A fiscalização sobre as vistorias e/ou itens vistoriáveis pode se dar a qualquer tempo pelos agentes de fiscalização.

**CLÁUSULA XXVII.** Os veículos utilizados no sistema deverão ser de propriedade da Concessionária, admitindo-se Leasing.





## **DAS CONDIÇÕES DAS GARAGENS**

**CLÁUSULA XXVIII.** Caberá à Concessionária manter, durante toda a execução do Contrato, instalações relativas à garagem no âmbito territorial do Município de Santa Maria - RS, contemplando, no mínimo, as seguintes áreas e equipamentos:

- I. Pátio de estacionamento para a frota, devidamente cercado, com área mínima de 25.000m<sup>2</sup>
- II. Quando houver, Local delimitado para lavagem e abastecimento;
- III. Área com instalações para serviços administrativos e de serviços

**CLÁUSULA XXIX.** O imóvel utilizado para instalação da garagem poderá ser do Consórcio ou de propriedade de cada empresa integrante do Consórcio.

**Parágrafo único.** Quando não for de sua propriedade a Concessionária/Consórcio deverá manter documentos legais que demonstrem a que título obteve a disponibilidade do referido imóvel, todos com firma reconhecida em competente Cartório de Notas.

**CLÁUSULA XXX.** As instalações das garagens deverão ser licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, sendo também necessário o Plano de Prevenção de Controle de Incêndio e demais planos de segurança relacionados à atividade.

**Parágrafo único.** Os serviços de abastecimento e de lavagem poderão ser terceirizados junto a empresas que atendam a legislação pertinente para execução dos serviços.

## **DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS**

**CLÁUSULA XXXI.** Concessionária deverá se responsabilizar pela divulgação aos usuários sobre os serviços prestados, através das seguintes mídias:

- I. Divulgação dos serviços por *internet* nos *sites* da Concessionária devendo ser atualizados conforme a evolução do estado da arte da tecnologia da informação.
- II. Aplicativos móveis de localização geoespacial por GPS “on line” com acesso por celular; e,
- III. Implementação de serviço de informação aos usuários através de outros meios de comunicação, entre elas o telefônico.

## **DO SISTEMA DE CONTROLE OPERACIONAL E DE ARRECADAÇÃO**

**CLÁUSULA XXXII.** Com finalidade de controle operacional e de arrecadação, os veículos da frota deverão ser equipados com os seguintes dispositivos e sistemas

- I. roletas mecânicas, eletromecânicas, eletrônicas ou por sensores para bloqueio e controle dos acessos;
- II. sistemas eletrônicos de leitura e validação eletrônicas das credenciais de acesso;
- III. GPS para rastreamento dos veículos;
- IV. tacógrafo para verificação da quilometragem percorrida.
- V. Sistemas de videomonitoramento;
- VI. Sistema de telemetria veicular;
- VII. Sistema de gestão financeira, administrativa e operacional

**§1º.** As roletas com sistema de contenção física, descritas no inciso I deverão ser lacradas pelo Poder Concedente cujos lacres se constituem como invioláveis.

**§2º.** Os dispostos descritos nos itens I, II, III, V, VI e VII deverão atender às especificações técnicas do Anexo VII-D do Projeto Básico e acompanhar o estado da arte da evolução tecnológica aplicável.



**§3º.** O Poder Concedente deverá ter acesso irrestrito em tempo real aos dispositivos e sistemas especificados nesta Cláusula e qualquer outro dispositivo que vier ser implantado.

## **DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**CLÁUSULA XXXIII.** O planejamento e gestão Sistema de Transporte Coletivo Municipal será fundamentado no permanente acompanhamento dos serviços existentes, monitoramento da demanda de maneira a permitir a identificação das oportunidades de melhorias, ampliação e revisão da rede de transporte coletivo.

**CLÁUSULA XXXIV.** Constituem atividades essenciais do planejamento e gestão exercidos pelo Poder Concedente sobre o sistema e sobre a Concessionária.

- I. Monitoramento do equilíbrio entre a oferta de viagens e demanda de passageiros, mediante aferição do nível de serviço;
- II. Controle da qualidade e produtividade do sistema mediante aferição pelos critérios previstos no Anexo VII -G, VII-H e VII-I do Edital;
- III. Planejamento operacional do sistema quanto à especificação das rotas, quadro de horários;
- IV. Controle da frota quanto aos aspectos qualitativos e manutenção das idades médias e máximas;
- V. Planejamento estratégicos para os médio e longo prazos com vista ao avanço tecnológico e acompanhamento do estado da arte da tecnologia aplicada ao transporte;
- VI. Controle econômico-financeiro do sistema quanto aos custos dos custos e receitas e políticas tarifárias.

**CLÁUSULA XXXV.** Sem prejuízo do limite estabelecido pela Lei nº 8.666/93 e 14.133/2021, caberá à Poder Concedente, a qualquer época, realizar as seguintes modificações e ajustes no sistema, respeitados o equilíbrio econômico e financeiro do sistema:

- I. Alterar o itinerário;
- II. Alterar o quadro de horários;
- III. Criar, modificar e extinguir linhas;
- IV. Alterar o modelo operacional sem troca de tecnologia;
- V. Alterar a composição das tarifas públicas;
- VI. Determinar novos pontos de parada, terminais e pontos de retorno;
- VII. Acompanhar a evolução tecnológica, no que se refere aos sistemas de bilhetagem eletrônica e outros de uso no transporte coletivo.

**CLÁUSULA XXXVI.** Os ajustes obedecerão a procedimentos e padrões operacionais estabelecidos em atos administrativos do Poder Concedente e serão autorizados através de Ordem de Serviço Operacional (OSO).

**§1º.** Quaisquer alterações dos itinerários executados pela Concessionária sem autorização do Poder Concedente, somente será justificada em situações de inopino: interdição ou intervenção de vias pelo órgão competente, por sinistros de trânsito ou desvio de tráfego por agente ou instituição competente.

**§2º.** Qualquer ocorrência, sinistro, acidente ou incidente deverá ser informada imediatamente ao Poder Concedente.

**CLÁUSULA XXXVII.** Serão realizadas alterações nas especificações técnicas das linhas nas seguintes condições:

- I. Aumento de horários: quando forem identificadas demandas com lotação de passageiros superiores a ocupação de bancos mais 4 (quatro) passageiros de pé por metro quadrado de corredor;





- II. Diminuição de horários: quando na avaliação de efetividade e demanda a linha apresentar-se como desnecessária, manifestada pelo não uso ou redução significativa de passageiros.
- III. Extensão e criação de novas linhas: identificação de novas áreas com demandas de passageiros.

**Parágrafo único.** Nos casos em que os ajustes operacionais acumulados interfiram em mais de 5% do total de quilometragem prevista para o serviço, haverá necessidade de revisão de equilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA XXXVIII.** A criação de novos serviços, alteração dos já existentes e extinção de linhas serão orientadas por estudos e avaliações econômicas e sociais, utilizando-se pesquisa técnicas e operacionais e procedimentos alternativos, conforme estabelecido no Plano Diretor de Mobilidade Urbana do Município de Santa Maria e no Plano Diretor de Transportes.

### **DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**CLÁUSULA XXXIX.** A fiscalização da operação dos serviços pela Concessionária será de responsabilidade do Poder Concedente através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, e pelo servidor designado por Portaria, que fará o controle de seu desempenho operacional, estado de manutenção e conservação da frota, atos comportamentais de seus empregados e prepostos, cobrança e arrecadação das tarifas e demais aspectos que interfiram na qualidade da prestação dos serviços, de acordo com as condições estabelecidas na Legislação Municipal pertinente, observadas as disposições contratuais.

**Parágrafo único.** A fiscalização e a regulação do serviço de transporte objeto da Concessão obedecerão ao disposto na legislação em vigor, e terá como objetivos a fixação de padrões e normas para a adequada prestação dos serviços.

### **DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA XL.** A Concessionária deverá se submeter a avaliações contínuas quanto a qualidade e produtividade dos serviços prestados objetivando:

- I. Analisar, através de índices de desempenho operacionais, o nível de qualidade do serviço prestado, permitindo a orientação de ações operacionais e de planejamento para a superação das principais deficiências observadas;
- II. Estimular a melhoria contínua dos serviços por parte da CONCESSIONÁRIA;
- III. Servir de processo e parâmetro para a avaliação da qualidade do serviço para fins da continuidade do CONTRATO na sua renovação.

**CLÁUSULA XLI.** A aferição dos parâmetros de qualidade e produtividade será orientada pelos seguintes critérios:

- I. Índice de Cumprimento de Viagens (ICV);
  - I.1 – Viagens suprimidas;
  - I.2 - Viagens atrasadas e/ou adiantadas;
- II. Avaliação da qualidade pelo usuário (AQS) considerando:
  - II.1. A qualidade da frota;
  - II.2. Cortesia, urbanidade e segurança na condução veicular, e;
  - II.4. O serviço de informação ao usuário.

**Parágrafo único:** A avaliação da qualidade e produtividade será monitorada pelos seguintes instrumentos/processos:



- I. Índice de Cumprimento de Viagens (ICV): Confrontação das viagens programadas com as viagens efetivamente realizadas, mediante relatórios gerenciais específicos produzidos pelo Sistema de Bilhetagem Eletrônica e fiscalizações “in loco” junto aos terminais;
- II. Avaliação da qualidade dos serviços (AQS): realização de pesquisa de satisfação do usuário com a periodicidade anual;

**CLÁUSULA XLII** Os critérios, parâmetros, indicadores para aferição da qualidade dos serviços estão apresentados no Anexo VII G - Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira Anexo VII H - Sistema de Avaliação da Qualidade do Serviço Edital de Licitação e o não cumprimento às metas estabelecidas acarretará as sanções estabelecidas no Anexo Único da **Lei Municipal nº 1567/1972** (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos) **(Lei a ser atualizada)**

**Parágrafo único.** Os indicadores de qualidade obtidos durante a CONCESSÃO serão utilizados para fins de avaliação na renovação da Concessão na forma do presente EDITAL.

## **DOS DIREITOS E DEVERES**

**CLÁUSULA XLIII.** Constituem direitos e obrigações dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, o seguinte:

- I. Receber o serviço de transporte coletivo em condições adequadas, de acordo com o previsto e na legislação;
- II. Receber da Concessionária as informações necessárias à utilização do serviço de transporte coletivo;
- III. Receber do Poder Concedente e da Concessionária as informações necessárias para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- IV. Levar ao conhecimento da Concessionária as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à Concessão.
  - I. Realizar o pagamento da tarifa prevista em Decreto Municipal, exceto nos casos previstos em lei;
  - II. Zelar pela conservação dos veículos e equipamentos vinculados à Concessão.

**CLÁUSULA XLIV** - Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no presente Contrato em conformidade com a legislação aplicável à Concessão, incumbe ao Poder Concedente:

- I. Planejar a rede de transporte público e suas especificações operacionais, de modo a prover para a população um serviço que atenda aos desejos de deslocamento, com qualidade e modicidade de tarifas;
- II. Fiscalizar permanentemente a prestação do Serviço de Transporte Coletivo;
- III. Aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa à Concessionária;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à qualidade do serviço de transporte coletivo;
- V. Analisar e, se for o caso, aprovar alterações das tarifas;
- VI. Intervir na Concessão, nos casos e nas condições previstas neste Contrato na legislação;
- VII. Alterar unilateralmente o Contrato nos casos previstos em Lei, assegurado seu equilíbrio econômico-financeiro;
- VIII. Extinguir a Concessão nos casos previstos em lei;
- IX. Celebrar termo aditivo contratual, quando for o caso;
- X. Estimular o aumento da qualidade, produtividade do serviço.



**CLÁUSULA XLV.** Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos neste Contrato e na legislação vigente aplicável, incumbe à Concessionária:

- I. Prestar adequadamente o Serviço de Transporte Coletivo especificados pelo Poder Concedente quanto aos itinerários, quadro de horários, normas de integração;
- II. Cumprir todas as normas estabelecidas na legislação municipal, vigente e a ser promulgada, que disciplinam os Serviços de Transporte Coletivo, especialmente a presente lei, bem como as ordens de serviço, circulares e outros atos normativos ou executivos emitidos pelo Poder Concedente;
- III. Realizar ajustes operacionais no sistema, como alteração de itinerários e de tabelas horárias, atendendo as especificações operacionais a serem expedidas pelo Poder Concedente;
- IV. Respeitar a idade da frota conforme estabelecido na presente Lei quanto à idade máxima, média e idade de ingresso;
- V. Obedecer à legislação de trânsito vigente, especialmente a Lei Federal n.º 9503/97 que institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- VI. Comparecer, sempre que for convocada, de reuniões com a comunidade usuária;
- VII. Fornecer ao Poder Concedente, na forma e prazos fixados em instrumento de regulação ou por ofício de requisição, relatórios gerenciais da operação contendo, para cada linha, no mínimo, o número de passageiros transportados estratificados pela forma de pagamento, a rodagem do sistema e a quantidade de motoristas e fiscais envolvidos na operação;
- VIII. Informar aos usuários tudo que diga respeito à regularidade e manutenção da prestação de serviço;
- IX. Observar as recomendações de agentes de fiscalização;
- X. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Contrato e da legislação Vigente;
- XI. Manter à disposição do Poder Concedente todos os documentos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à Concessão/Permissão;
- XII. Permitir livre acesso aos encarregados pela fiscalização, em qualquer época, às edificações, aos equipamentos e às instalações vinculadas à Concessão/Permissão;
- XIII. Divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, os itinerários e quadro de horários das linhas e os valores de tarifa.

## **DA ORDEM DE INÍCIO**

**CLÁUSULA XLVI.** O início da prestação dos serviços pela Concessionária deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura do presente Contrato mediante a expedição da Ordem de Início pelo Poder Concedente;

**§ 1º.** A ordem de início somente será expedida se for atestado pela Autoridade Municipal competente de que a frota, as garagens e demais instalações atenderem as condições especificadas em Edital e estarem devidamente licenciadas pelas autoridades competentes.

**§ 2º.** O descumprimento do prazo constante da proposta sujeitará o contratado a aplicação de uma multa de até 3% (três por cento) do valor do contrato por dia de atraso, sem prejuízo de outras penalidades, como o rompimento do Contrato.

**CLÁUSULA XLVII.** Poderão ser emitidas ordens serviços parciais para integralização da frota contratada de acordo com as necessidades operacionais e expansão dos serviços.

**CLÁUSULA XLVIII.** Os veículos que ingressaram na frota por Ordens de Início posteriores a assinatura do Contrato passarão a ser considerados remunerados a partir da data de sua inclusão.

**Parágrafo único.** A inclusão dos veículos se dará por Ordem de Serviço Operacional (OSO) do Poder Concedente.

#### **DA TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO**

**CLÁUSULA XLIX.** Não será permitida a transferência parcial ou total do Contrato para terceiros, sendo permitida a alteração do quadro societário ou da composição da participação no Consórcio mediante anuência prévia do Poder Concedente.

**Parágrafo único.** A alteração societária da Concessão ou do Contrato Societário da Concessionária, sem a anuência prévia do Poder Concedente, implicará na caducidade da Concessão e a consequente rescisão contratual, sem a possibilidade de ressarcimento ou indenização de eventuais prejuízos alegados.

#### **DAS PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA L.** A inexecução total ou parcial do Contrato poderá sujeitar a Concessionária, garantida a defesa prévia, as penalidades previstas no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

- I. Advertência;
- II. Aplicação de multa à Concessionária de até 1% (hum) por cento do valor do contrato, a critério do Poder Concedente;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Maria pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** A aplicação ou não das penalidades previstas não impede a rescisão unilateral do Contrato, por parte da Administração Municipal nas situações previstas na **Lei Municipal nº 1567/1972** (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos). **(Lei em atualização na Câmara)**

#### **DA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA LI.** A Concessionária deverá prestar a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor estimado da receita bruta do CONTRATO, apresentando ao MUNICÍPIO o respectivo comprovante em até 15 (quinze) dias antes da data de assinatura do CONTRATO.

**Parágrafo único.** A garantia deverá perdurar durante toda a vigência do CONTRATO, nos valores e condições ali estipulados, em qualquer uma das modalidades especificadas no Art. 96, CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS, da Lei 14.133/21.

#### **DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA LII:** Constituem motivos para a rescisão do Contrato as causas previstas no Art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que se aplica ao objeto do presente Contrato.

**§ 1º.** Considerar-se-á extinta a Concessão do serviço nos termos do presente Contrato, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer alguma das opções a seguir:

- I. Término do prazo contratual;
- II. Encampação dos serviços;
- III. Caducidade;
- IV. Rescisão;
- V. Anulação ou;
- VI. Falência da Concessionária.

**§ 2º.** Em qualquer hipótese de extinção da Concessão, no intuito de garantir a sua continuidade e regularidade, o Poder Concedente assumirá imediatamente a prestação do serviço, de forma direta ou indireta.

**§ 3º.** Em caso de rescisão da Concessão por ato do qual não deu culpa a Concessionária, esta será ressarcida dos investimentos realizados e não amortizados, além do pagamento de eventuais lucros cessantes.

#### **DAS NORMAS DE TRANSIÇÃO**

**CLÁUSULA LIII:** Ao final do Contrato, visando a não interrupção do serviço, a operação não poderá ser paralisada sem que ocorra a transição operacional e financeira para o novo Concessionário.

**CLAUSULA LIV.** Os créditos referentes ao vale-transporte, passe antecipado e passe estudantil não utilizado deverão ser contabilizados e os valores repassados ao Poder Concedente.

**CLÁUSULA LV.** O Contrato de Concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária junto ao Poder Judiciário, durante o prazo de execução, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim, em face do descumprimento de Contrato por parte do Poder Concedente, sendo que os serviços prestados pela Concessionária não poderão ser interrompidos até a decisão judicial transitar em julgado.

**CLÁUSULA LVI.** Quando do término da Concessão não haverá bens reversíveis ao Poder Concedente.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA LVII.** As penalidades administrativas relativas à prestação do serviço serão aplicadas de acordo com o estabelecido na **Lei Municipal nº 1567/1972** (Regulamenta as concessões para exploração do Serviço de Transportes Coletivos). **(Legislação em processo de atualização com PL na Câmara).**

**CLÁUSULA LVIII.** São partes integrantes deste contrato, além do próprio Anexo VII, os seguintes Anexos ao Projeto Básico:

- a) Anexo VII A – Especificação técnica das linhas;
- b) Anexo VII B – Especificação da Frota;
- c) Anexo VII C – Especificações de Garagem;
- d) Anexo VII D – Especificações Técnicas para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica;
- e) Anexo VII E – Estudo Econômico-Financeiro;
  - 1) Anexo VII E 1 – Planilha de Fluxo de Caixa Descontado
- f) Anexo VII F – Regras de Reajustes e Revisão Tarifária;



- g) Anexo VII G – Indicadores de sustentabilidade econômica e financeira;
- h) Anexo VII – H – Sistema de avaliação da qualidade do serviço de transporte coletivo;
- i) Anexo VII – I – Planilha de avaliação de qualidade do serviço – Fator Q.

**CLÁUSULA LIX.** Fica eleito o foro da cidade de Santa Maria /RS para dirimir quaisquer questões ou conflitos decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas instrumentais.

**Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**